

Sra Primeira Ministra

2 folhas de vista sobre  
a adesão de Portugal  
à CEE.

Stuart Holland  
Bela Balassa

Stuart Holland  
Portugal terá interesse em adiar  
o processo de adesão à CEE

Fundação Cuidar o Futuro

A aplicação da Política Agrícola Comum será extremamente desvantajosa para Portugal, se o processo de adesão for concretizado no quadro das actuais estruturas do Mercado Comum. Esta opinião, insistentemente defendida na Conferência da Gulbenkian pelos economistas ingleses, é desenvolvida por Stuart Holland num entrevista que questiona alguns dos problemas essenciais da economia portuguesa na perspectiva da integração europeia. Deputado da ala esquerda do Partido Trabalhista inglês, autor do livro «O Desafio Socialista» (Iniciativas Editorias), Holland afirma explicitamente que Portugal deveria adiar o seu pedido de adesão, e considera que a Comunidade não está minimamente adaptada para responder aos grandes problemas colocados pelo alargamento.

«Gostaria de ver um mercado mais socializado, bastante incomum em relação ao que hoje existe» — sublinha, com alguma ironia, concluindo que é difícil conquistar para esse objectivo quem hoje ganha com a integração capitalista: a França e a Alemanha, a Europa de Schmidt e Giscard. — J. A.

## «Portugal vai perder e perder muito»

DN — Embora não constasse propriamente uma novidade, o ceticismo dos economistas ingleses em relação a CEE tornou-se particularmente evidente nesta conferência, sobretudo pela violência dos ataques dirigidos às políticas dos Nove nos domínios agrícola, social e regional. Contudo, apesar de sublinharem que esta Comunidade não está preparada para o alargamento, esses economistas nunca afirmaram muito claramente que os três países candidatos não deveriam entrar. Pode explicar esta aparente contradição?

SH — A questão da entrada de Portugal é, obviamente, um problema português, que os portugueses terão de resolver. Uma vez tomada essa decisão, os governos dos países membros poderão apoiar ou não a adesão. Os elementos actualmente disponíveis indicam, contudo, como hipótese mais provável, a concretização do pedido formulado pelo vosso País.

Independentemente deste problema, considero que o Mercado Comum, no estágio actual, está completamente desajustado para receber um país como Portugal. Durante os debates da conferência, o prof. John Marsh —, um dos mais prestigiados peritos britânicos em economia agrária — afirmou, de forma clara, que os problemas da agricultura portuguesa e a estrutura da actual Política Agrícola Comum (PAC), favorável às regiões mais ricas, permitem prever que Portugal vai perder e perder muito. Esta é também a minha posição. Argumentando em termos gerais, basta considerar que cerca de metade do défice comercial português corresponde a importações alimentares. O País precisa, sobretudo, de aumentar a produção e o auto-provisionamento de cereais, lactínios e carne. Estas são, precisamente, os produtos em que existem já consideráveis excedentes na Comunidade. Segundo as regras da PAC, Portugal será obrigado a importar estes produtos do Mercado Comum, que tem, como se sabe, um nível

de preços bastante superior ao do mercado mundial. Marsh, sublinhou também que o chamado «agro-business», que Balassa considera indispensável encorajar, está já fortemente instalado no mercado europeu. As multinacionais têm uma forte posição na indústria de processamento de alimentos e será difícil à agricultura portuguesa competir fora do seu controlo.

Os países desenvolvidos da CEE absorverão facilmente os problemas agrícola trazidos pelos candidatos. Apenas a França poderá ter de suportar dificuldades relativamente à adesão da Espanha. Mas em termos gerais, os grandes obstáculos serão sentidos pelas economias menos desenvolvidas.

DN — Durante a conferência, falou-se muito da necessidade de adaptações estruturais na CEE para facilitar um alargamento sem grandes conflitos. Esse movimento encontra, contudo, alguma resistência no seio dos Nove, que poderão adoptar um comportamento bastante rígido. Que atitude poderá ser, então, assumida por Portugal?

SH — Quanto a mim, Portugal terá que dizer à CEE uma de duas coisas: ou a Comunidade se dispõe a pagar a factura dos ajustamentos indispensáveis ao processo de adesão, lançando um decidido programa de apoio, ou então o país terá de procurar o seu próprio caminho, entrando, nomeadamente, numa via de substituição acelerada de importações na agricultura e num vasto conjunto de produções industriais. Bela Balassa falou, por exemplo, no célebre modelo de crescimento conduzido pela exportação. Em meu entender, João Cravinho demonstrou correctamente, na sua exposição, como é que o modelo coreano defendido por Balassa envolve uma maior intervenção do Estado nos circuitos económicos, exigindo também uma estratégia simultaneamente apoiada na indústria pesada e ligeira. Gostava de lembrar que Portugal dificilmente poderá contar com um

aumento — por muito lento que seja — da sua participação no comércio mundial em áreas onde países como o Japão ou a Coreia dispõem de uma considerável capacidade disponível. Não pode, pura e simplesmente, imitar ou repetir o modelo do Sudeste Asiático, que representaria, de resto, um custo político elevado. Os baixíssimos níveis salariais são, em grande parte, mantidos naquela região através de regimes repressivos, fascizantes; é preciso não esquecer este ponto.

Um segundo aspecto que julgo importante recordar é que o Mercado Comum falhou completamente na sua contribuição para a ultrapassagem da crise mundial. Impõe e aceita políticas deflacionistas, recomenda-as como solução. Os princípios monetaristas estão absolutamente embebidos na política do Bundesbank, por exemplo. É preciso recriar a procura, encontrar uma saída para a recessão, através do estímulo das despesas públicas, em sectores como os serviços sociais, a habitação e a educação. O melhor que a CEE poderia fazer por Portugal seria protegê-lo dos efeitos negativos da PAC e apoiar o relançamento da procura interna. Mas isso parece altamente improvável, neste período de domínio da irracionalidade económica e das ilusões monetaristas.

## Acordo de associação seria mais aceitável

DN — Nesses termos, que saída propõe? Não aderir?

SH — Julgo que um acordo de associação com a CEE asseguraria melhor, neste momento, um tipo de desenvolvimento que considere — por um lado — os condicionamentos externos da situação portuguesa e permita — por outro — um maior grau de autonomia na condução da política económica. A ideia fundamental seria assegurar as vantagens no plano das trocas comerciais afastando os perigos resultantes da adopção da Política Agrícola Comum. A entrada de Portugal na CEE poderá ter graves consequências se for concretizada antes de ser atingido um determinado grau de desenvolvimento ao nível interno, não apenas no plano económico, mas também no domínio institucional e administrativo. Essa evolução torna indispensável, em meu enten-

der uma intervenção do Estado mais acentuada, sobretudo na agricultura. O estímulo acelerado dos mecanismos de mercado não resolve por si qualquer problema, como mostra a experiência recente do nosso país. É certo que foi invertida a tendência do comportamento da balança de pagamentos, mas o custo foi muito elevado. Agravou-se a crise do investimento, degradaram-se os padrões de vida, aumentou o desemprego. A recuperação da confiança e do investimento resultam menos da questão do regime do que das expectativas quanto ao comportamento da procura. Não se trata apenas de tornar competitivos internacionalmente os preços do sector privado. A recuperação terá de passar, também, por um aumento das despesas públicas no sector social, onde é baixa a componente importada do investimento.

## Programa de planeamento não chegou a ser tentado

DN — O esquema que apresentou implica, entre outros pontos, um considerável reforço da capacidade administrativa do Estado e uma estrutura de planeamento que só com muito boa vontade se pode admitir que existe em Portugal...

SH — Bem. Em primeiro lugar, creio importante sublinhar que a entrada na CEE nos limitará a possibilidade de prosseguirem o vosso próprio modelo de intervenção. Duvido, todavia, que em quaisquer condições não acabe por verificar-se um reforço da intervenção do Estado, que me parece indispensável. Mas é um facto, por outro lado, que o País tem graves problemas no campo da administração e da gestão do sector público. Simplesmente há uma questão que

não pode deixar de ser sublinhada: não existe hoje qualquer base para pôr de lado um programa integrado de planeamento económico, porque ninguém pode afirmar que ele foi tentado e falhou. Esse programa nunca chegou a existir concretamente, nunca foi efectivamente tentado. E é preciso tentar.

DN — Parece-me que tem estado a falar do processo de adesão à CEE como se ele não fosse irreversível. Julga possível travá-lo?

SH — Não excludo, em termos de princípio, o projecto da entrada de Portugal no Mercado Comum. Mas julgo que deve ser adiado para permitir a ultrapassagem prévia do conjunto de problemas que

referi. A questão residirá em saber qual a duração do período de associação contínua necessário para pôr em prática uma política própria sem perder o acesso ao Mercado Comum. As duas perspectivas não são, de resto, contraditórias: o adiamento da adesão representa, entretanto, um avanço no processo de associação e na aproximação à CEE.

DN — Isso significa, portanto, que o Tratado de Adesão não deveria ser assinado? Fica posta de parte uma aproximação progressiva através da definição de períodos transitórios sectoriais, como está previsto, no processo de alargamento?

SH — Não assinaria de facto o tratado, a não ser que sejam dadas fortes garantias quanto ao contributo da Comunidade no sentido de minorar os custos da adesão. Nada garante que os mecanismos da PAC sejam alterados e adaptados aos problemas dos novos candidatos.

## Transferência de recursos será muito reduzida

DN — No debate que tem sido travado em Portugal sobre a adesão, é frequentemente referida a possibilidade de transferência de recursos financeiros através dos Fundos Agrícola, Regional e Social. Numa intervenção recente, durante a conferência, o governador do Banco de Portugal afirmou, contudo, que as estimativas apontam para um saldo de transferências nulo ou quase nulo. Quer comentar este ponto?

SH — Os Fundos Regional e Social têm recursos muito reduzidos. A despesa total na CEE equivale a um por cento do PIB dos países membros. A esmagadora parcela destes meios financeiros é consumida na manutenção da PAC, através do FEOGA (1). Os fundos regional e social recebem apenas parcelas de cinco por cento da despesa total, o que equivale, portanto, à décima parte de um por cento do PIB do Mercado Comum. Na divisão do «bolo», Portugal nunca beneficiaria de um saldo de transferências superior a 0,5 por cento do montante global das despesas. É muito provável, contudo, que o dr. Silva Lopes tenha razão quando afirma que não haverá transferências líquidas de recursos.

E vale a pena lembrar, a propósito desta questão, que as diferenças inter-regionais estão a alargar-se dentro da CEE. Nos primeiros anos da década de 70 (até 75) a disparidade do rendimento «per capita» de Hamburgo e Paris relativamente à Irlanda e ao Sul de Itália era de 4 e 5 para 1. Actualmente, a relação é já de 5 e 6 para 1, respectivamente.

## É possível que a Espanha não entre tão depressa

«DN» — Que função atribui ao investimento estrangeiro e às multinacionais na sua visão do processo de integração? Refiro-me especialmente aos sectores em «migração para o Sul», nomeadamente a indústria automóvel.

SH — Ninguém pode prever o futuro. Nem eu, nem Balassa. É possível, portanto, que se verifique uma alteração sensível na actual situação de partida. Parece-me provável a deslocação das multinacionais e do investimento estrangeiro para os países do Sul, em função da expectativa da adesão. Mas o que me parece mais importante sublinhar é que um país que se abre ao capital multinacional deve ter um poder eficaz de controlo da sua actividade. Esta é questão muito importante para Portugal.

A França tem poder para ignorar a comissão da CEE ou a própria Alemanha e quebrar, em diversos aspectos, as regras da CEE. Mas, Portugal não terá, no Mercado Comum, a possibilidade de quebrar regras e é por isso que julgo importante que o país mantenha uma maior abertura nas suas opções. A vantagem que as multinacionais poderão representar a curto prazo não se perde, aliás, com um estatuto de associação ao Mercado Comum.

Para mim todo este processo mantém ainda muitas questões em aberto. É claro que, em princípio, a CEE quer o alargamento. Mas é também possível, por exemplo, que a Espanha não entre tão facilmente como se espera. Paris vai tentar atrasar a entrada da Espanha, que representa uma séria ameaça para a França em alguns sectores.

«DN» — Um aspecto frequentemente ignorado no movimento de integração europeia diz respeito à mobilidade da mão-de-obra e ao estímulo que, aparentemente, a adesão ao Mercado Comum poderá trazer aos fluxos migratórios originados nos países da periferia. Considera possível, de facto, este aumento da emigração a médio e longo prazo, que tanto parece preocupar

os países desenvolvidos do centro?

SH — A oferta de trabalho na indústria transformadora e nos sectores de serviços dos países desenvolvidos da Europa vai começar a apresentar uma quebra nitida, que era já evidente em algumas áreas industriais modernas, no final da década de 60. Nos anos 50, uma expansão do investimento correspondia, automaticamente, a um aumento do nível de emprego. Mas esta relação não se vai manter no futuro. O desemprego tecnológico nos serviços e sectores administrativos vai ser enorme, com a expansão dos sistemas de microprocessamento. Um estudo da «Siemens» prevê que, dentro de dez ou 15 anos, as tarefas de processamento administrativo poderão ser satisfeitos com 60% da actual força de trabalho. Previsões recentes dos Governos francês e britânico confirmam esta tendência com números semelhantes. E o resultado desta pressão, que poderá alargar-se, em menor escala, a outros sectores, será uma intensificação da competitividade nos mercados de trabalho da CEE e uma resistência acrescida à penetração da mão-de-obra emigrante. Vale a pena recordar, por outro lado, o caso italiano: a taxa de emigração da Itália para o Mercado Comum era mais forte antes da adesão, em 1962. Quando o país se tornou membro de pleno direito, as provisões da segurança social passaram também a ser aplicadas aos trabalhadores italianos e a emigração caiu fortemente. Começaram a chegar mais portugueses, espanhóis, gregos, jugoslavos ou turcos. As entidades empregadoras preferem ocupar trabalhadores socialmente desprotegidos e pouco organizados e o papel da emigração como exército industrial de reserva aparece aqui muito claramente demonstrado.

## Europa actual é atlantista

«DN» — Que papel poderia desempenhar o alargamento num cenário mundial multipolarizado? Acredita na possibilidade de uma Europa mais independente dos EUA no plano económico e militar?

SH — Se a Comunidade sobreviver — o que não é pacífico — e se puder expandir-se, é provável que tente uma maior autonomia na condução do seu processo económico e a partir daí poderá pensar-se na possibilidade de uma autonomia militar progressiva. Mas, de momento, não devemos ter ilusões: esta Europa é atlantista e resulta



Stuart Holland: «Não se pode dizer que tenha sido tentada e falhada uma experiência de planeamento em Portugal»

basicamente de uma combinação do poder de Schmidt e Giscard. É uma Europa extremamente orientada para os EUA, completamente fechada no sistema de defesa militar da NATO. O processo de integração europeia não caminha para uma verdadeira união económica. Pensando apenas na integração monetária, sem políticas globais de planeamento conjunto e uma redistribuição de rendimentos ao nível inter-regional, este movimento de integração será sempre negativo para as áreas mais pobres. Mas, no fundo, é este tipo de integração que interessa ao capital dos países industrializados do centro.

«DN» — Qual seria, para si, o «caminho certo»?

SH — Gostaria de assistir à construção de um mercado bastante incomum em relação ao que hoje existe. Um mercado mais socializado, com mecanismos aperfeiçoados de controlo público e social. Mas é difícil fazer ver o interesse desta via a quem está a ganhar com a integração capitalista, como a França e a Alemanha ou de certo modo, o Benelux.

# Adesão ao Mercado Comum impõe forte concentração industrial

Bela Balassa, consultor do Banco Mundial, professor da Universidade de John Hopkins (EUA), um dos mais conhecidos especialistas ocidentais em problemas de desenvolvimento e integração económica, teve uma participação especialmente polémica na Conferência Sobre Economia Portuguesa. Liberal a cem por cento, esteve algumas vezes ao lado da «linha monetarista» para contestar as teses apresentadas pela equipa do Massachusetts Institute of Technology, travou com Stuart Holland uma viva discussão sobre a integração de Portugal na CEE, sugeriu que as empresas públicas deveriam funcionar em autogestão, exclusivamente orientadas pelas leis e exigências do mercado. Na entrevista que hoje publicamos, Balassa considera a contracção do défice orçamental a principal tarefa das autoridades portuguesas a curto prazo, sublinha a necessidade de uma completa ruptura com o passado relativamente à política agrícola e declara que não existe, no sector público, uma rigorosa avaliação económica de projectos. Mas não se esquece de dizer, apesar de tudo, que «é agradável verificar, depois de dois anos de ausência, a melhoria sensível da situação económica portuguesa». — J. A.

## Orçamento: a questão fulcral a curto prazo

«DN» — Três anos depois da primeira conferência da Gulbenkian, dois anos depois de iniciada a política restritiva acordada com o FMI, qual é a sua opinião sobre o comportamento global da economia portuguesa? Em que aspectos houve avanços e quais as questões que mais lentamente têm progredido?

EB — Regressando depois de dois anos de ausência, é agradável verificar uma considerável melhoria na situação da economia portuguesa. Quanto a mim, esta evolução positiva explica-se pela adopção de uma correcta política monetária; a continuidade da desvalorização melhorou a competitividade externa da economia e a subida das taxas de juro permitiu gerar um maior nível de poupanças privadas, particularmente entre os emigrantes. Parece-me que há também uma melhoria do clima industrial, explicável através dos efeitos positivos induzidos pela liberalização da legislação laboral e pela aprovação do novo Código do Investimento Estrangeiro.

Vejo contudo menos progressos na Agricultura (a nova lei não foi ainda inteiramente aplicada) e não me parece que tenha havido melhorias quanto ao problema orçamental. Previam-se que o défice fosse reduzido em 1978 e assistiu-se a um novo aumento que o situa, actualmente, num valor próximo dos dez por cento do Produto Interno Bruto. Esta questão permite-me fazer a ligação ao futuro próximo: o maior perigo que vejo na situação eco-

nómica portuguesa a curto prazo é a pressão inflacionista gerada pelo défice orçamental. Parece-me urgente reduzi-lo, para libertar recursos destinados ao investimento e impedir o declínio da taxa de juro real, que teria efeitos bastante nocivos no comportamento da poupança.

«DN» — A necessidade de contenção da queda do salário real pareceu um ponto de consenso entre a maioria dos economistas intervenientes nos debates. Nas suas intervenções, esse ponto não surge, no entanto, como preocupação dominante. Considera possível, ou desejável, manter o ritmo de quebra do poder de compra da população?

BB — Eu olho para os dois anos passados como um período de compensação para os excessos cometidos no período inicial da Revolução, que correspondeu a uma subida substancial do salário real, sem um crescimento compensatório da produção. A quebra ultimamente verificada trouxe na verdade o salário real para níveis próximos dos valores de 1973, o que quer dizer, na verdade, que o rendimento «per capita» é hoje pouco superior ao que se verificava antes da Revolução. Penso, no entanto, que uma vez encerrado este período de estabilização, um crescimento económico contínuo terá de traduzir-se em melhores níveis de rendimento. Espero que o salário real possa agora estabilizar, para depois crescer de novo.

«DN» — Pode concluir-se, portanto, que a contracção do défice orçamental terá de ser

colocada, em seu entender, como o objectivo número um da política a curto prazo?

BB — A redução do défice orçamental é, de facto, a mais decisiva das tarefas que se colocam às autoridades económicas portuguesas, a curto prazo. Os efeitos desta contracção sobre os salários reais poderão ser contraditórios. A quebra da procura de recur-

sos financeiros por parte do sector público terá efeitos positivos ao nível do controlo da inflação, mas são evidentes, por outro lado, as consequências no custo de vida dos necessários aumentos dos preços dos serviços públicos. De qualquer modo, é indispensável a adopção de uma política decidida no plano do controlo orçamental.

## Empresas públicas deveriam funcionar em autogestão

«DN» — Na abordagem das perspectivas a médio e longo prazo, a conferência privilegiou, como eixo estratégico, a adesão ao Mercado Comum. Esse foi de resto, o tema da sua comunicação, bastante discutida. Quer sintetizar os elementos que considera fundamentais para a futura integração de Portugal na Europa dos nove?

BB — Vendo o problema de uma forma necessariamente geral, gostaria de começar por dizer que devemos falar na agricultura em plano de igualdade com a indústria. Na primeira destas áreas, é importante frisar que os preços mais altos do Mercado Comum irão representar, simultaneamente, um estímulo para o aumento da produção e um peso acrescido para a balança de pagamentos. A exploração das vantagens que o Mercado Comum poderá oferecer à agricultura portuguesa implica a adopção de políticas concretas para um forte aumento da produtividade. Estas políticas estimularão, igualmente, uma melhor distribuição do rendimento, através da subida contínua das remunerações dos agricultores, contribuindo ainda para o aumento do emprego, com o envolvimento da agricultura e da pecuária intensivas na produção industrial de produtos alimentares. Gostaria de sublinhar que, em minha opinião, qualquer política de adesão ao Mercado Comum, implica, para Portugal, uma nova visão acerca do desenvolvimento da agricultura e uma mudança nítida em relação ao passado.

Ao nível da indústria, a principal questão reside em saber como é que Portugal vai poder competir com o Mercado Comum Europeu. Neste campo, parece-me indiscutível a necessidade de revisão do mecanismo de selecção de projectos do sector público, cujo investimento não tem estado sujeito a rigorosos critérios de avaliação económica. Essa avaliação é fundamental, particularmente na área de Sines, onde o capital necessário para criar um emprego — em sectores como a petroquímica e a química de base — é quase

dez vezes superior às necessidades exigidas pelas actuais e potenciais indústrias exportadoras. Sendo dado que é preciso criar emprego e que o capital é escasso, uma primeira aproximação não parece favorecer a expansão das indústrias baseadas no petróleo, onde Portugal não pode competir, de modo nenhum, com os países do Médio Oriente que tentam mover-se para estes sectores, explorando os seus recursos naturais. A rigorosa avaliação económica de projectos que citei deve ser integrada num sistema de autogestão das empresas públicas, semelhante ao que existe na Hungria e Jugoslávia, e mais adaptado às condições de concorrência dessas empresas no âmbito do Mercado Comum. Uma avaliação mais rigorosa dos projectos do sector público reduzirá, também, a procura de meios financeiros e permitirá um adensamento do investimento privado, através dessa libertação de recursos. Note bem que, no sector privado, coloco em plano igual o investimento interno e estrangeiro. Dever-se-ia olhar com atenção o caso da Irlanda, onde o rápido crescimento industrial dos anos mais recentes tem sido o resultado directo de um amplo leque de medidas de encorajamento do investimento estrangeiro.

Portugal tem de reduzir a distância que o separa do Mercado Comum e para isso tem de investir. A taxa de investimento é hoje mais baixa do que nos países da CEE. A obtenção de uma taxa superior implica estímulo da poupança interna e externa, através do desenvolvimento dos mercados financeiros e de uma política de estímulo do investimento estrangeiro, que poderia passar por uma melhoria do actual Código. A expansão do investimento obrigaria ainda, evidentemente, à adopção de outro tipo de medidas, como um sistema de juro bonificado, a melhoria do clima industrial e a redução dos custos do trabalho, através da alteração do mecanismo de financiamento do sistema de segurança social.

DN — A viabilidade dos projectos do sector público é muitas vezes avaliada em função da concorrência no mercado internacional, esquecendo-se que, no caso português, eles correspondem, em grande medida, a substituição de importações, gerando um impacte global que dificilmente será mensurável, exclusivamente, em termos de pura rentabilidade «comercial». De qualquer modo, a questão que lhe queria pôr relaciona-se com o relatório lido na Conferência por dois técnicos do Banco Mundial que visitaram recentemente Portugal e estu-

daram os projectos em carteira num conjunto de sectores dominados pelas grandes empresas públicas. As conclusões eram desfavoráveis ao desenvolvimento da petroquímica, mas reconheciam validade económica ao Plano Siderurgico, à exploração das pirites e ao próprio plano adubeiro. Discorda das conclusões da missão?

BB — Bom, em primeiro lugar gostaria de dizer que não represento o Banco Mundial. Sou um consultor do Banco, mas mantenho as minhas opiniões próprias, pessoais. Li a Comunicação de Chauldry fiz alguns comentários sobre ela e mantive com um dos autores uma discussão posterior. Eles sublinham duas coisas essenciais: em primeiro lugar manifestam um completo acordo sobre a necessidade de uma rigorosa avaliação dos projectos em carteira e frisam que as suas estimativas envolvem a redução da parcela do sector público no investimento total. Vi os números e verifico que essa participação descenderia de 40 para 37 por cento, mas os relatores afirmam que no período estudado — 1980-84 — se verificaria uma queda contínua da participação do sector público. Trinta e sete por cento seria apenas uma média.

O segundo aspecto importante a considerar é que eles dão, de facto, o benefício da dúvida aos investimentos na siderurgia e na indústria química, embora não incluam nesse campo uma maior expansão da petroquímica. Dizem ainda que encontram factores favoráveis no projecto de Moncorvo, reconhecendo-lhe viabilidade se os recursos naturais forem economicamente aproveitáveis, o que é, neste momento, um dado adquirido. Quanto a mim, devo dizer que tenho bastantes dúvidas e reservas sobre estes projectos.

DN — Tal como esses projectos, a política geral que tem sido seguida na orientação da plataforma de Sines foi frequentes vezes posta em causa durante a conferência. Qual é a sua opinião sobre Sines, quais os «erros» de base que vê no complexo?

Complexo de Sines  
deve ser «reorientado»

BB -- Eu creio que a questão não poderá já colocar-se em termos de parar ou não parar Sines, mas penso que o complexo deveria ser reorientado do ponto de vista da estratégia industrial. Há certos elementos, inscritos na plataforma, que, segundo os meus dados, não deviam prosseguir. Está neste caso, por exemplo, o complexo petroquímico; para ser mais claro, devo dizer, aliás, que me coloca sérias dúvidas a viabilidade do desenvolvimento das indústrias químicas básicas em Portugal. O aço é ainda uma questão em aberto, mas há indústrias como as químicas ligeiras que podem ser desenvolvidas sem qualquer problema. O mais importante é, todavia, a reorientação da perspectiva global da plataforma de Sines. O problema de fundo reside na necessidade de uma mudança na composição do complexo, atribuindo uma maior parcela às indústrias do tipo «engineering» e a unidades de trabalho intensivas, capazes de aproveitar as reservas de mão-de-obra, que representam para Portugal uma considerável vantagem comparativa.

DN — *Que papel poderia desempenhar, nesse quadro, a eventual instalação em Sines da fábrica que a Ford projecta construir na Europa?*

BB — Penso que a fábrica da Ford se integra absolutamente no tipo de iniciativas que considero adequadas para Sines. Obrigará sem dúvida a uma revisão dos planos existentes para a conclusão da infra-estrutura existente, mas irá rendibilizar, sem dúvida a sua utilização. Julgo que a participação nacional não irá ultrapassar 30 por cento da produção total, mas não tenho dúvidas de que o projecto representa, mesmo assim, um substancial ganho de divisas para o País.

### *Não é necessário alterar quadro actual do sector público*

DN — *As linhas gerais das suas propostas para uma política de integração no Mercado Comum apontam, sistematicamente para a liberalização dos circuitos económicos e a acentuação do papel do sector privado como componente fulcral do processo de crescimento. Parece-lhe que o*



Bel. Dalasso: «Não existirá uma rigorosa avaliação de projectos no sector público»

*actual sector privado português tem capacidade para assumir por si só esse papel?*

BB — Julgo que há uma tendência em Portugal para subestimar o sector privado. Conheço a Grécia — não conheço a Espanha — e parece-me que o sector privado português não está muito abaixo do grego. Devemos lembrar-nos de que, desde 1960, o sector privado português tinha uma das maiores taxas de crescimento em todo o mundo, na indústria e na exportação. Faço com os dirigentes das associações industriais e constato que são pessoas jovens dinâmicas, que poderão agir eficazmente se tiverem oportunidades. Penso, no entanto, que é, fundamental, na estratégia de adesão ao Mercado Comum,

uma política de concentração da indústria portuguesa que facilite a aquisição de capacidade competitiva, a níveis diversos. Em França e Itália assistiu-se a este processo de concentração, que está a verificar-se também na Grécia. O Governo tem aqui uma palavra a dizer, assegurando facilidades fiscais e de crédito, especificamente destinadas a favorecer a concentração. Não deve argumentar-se contra este movimento com o receio da constituição de monopólios; estas empresas não terão, mesmo assim, dimensão e poder comparáveis aos das firmas que terão de enfrentar no Mercado Comum.

Penso que é importante chamar ainda a atenção para um ponto: parece haver no sector privado uma tendência positiva no sentido de desenvolver as ligações com empresas estrangeiras, abrindo a possibilidade de trocas de tecnologia e de participações financeiras significativas. Na minha opinião estas ligações também serão úteis porque as empresas estrangeiras podem facilitar a introdução de novas tecnologias, e abrir boas perspectivas no campo do «marketing» em geral.

DN — *No cenário que traçou, em termos muito gerais, integra-se necessariamente a alteração do enquadramento actual do sector público?*

BB — não penso que seja necessário alterar o arranjo actualmente existente nas grandes áreas da economia que são consideradas sectores públicos. Há, no entanto, dois sectores — a celulose e o cimento — onde vejo necessidade de coexistência com o sector privado. No primeiro caso, julgo que será útil a penetração de companhias estrangeiras; no segundo, considero possível expandir sensivelmente a produção através da coexistência de unidades públicas e privadas, num esquema semelhante ao que existe no sector automóvel em França e no Reino Unido.

Bela Balassa

**Adesão ao Mercado Comum impõe  
forte concentração industrial**

Fundação Cuidar o Futuro